



**Ministério das Finanças  
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento  
e da Contabilidade Pública

# **OE 2022**

**SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO**

**ATÉ JUNHO**

**JULHO 2022**

## ÍNDICE

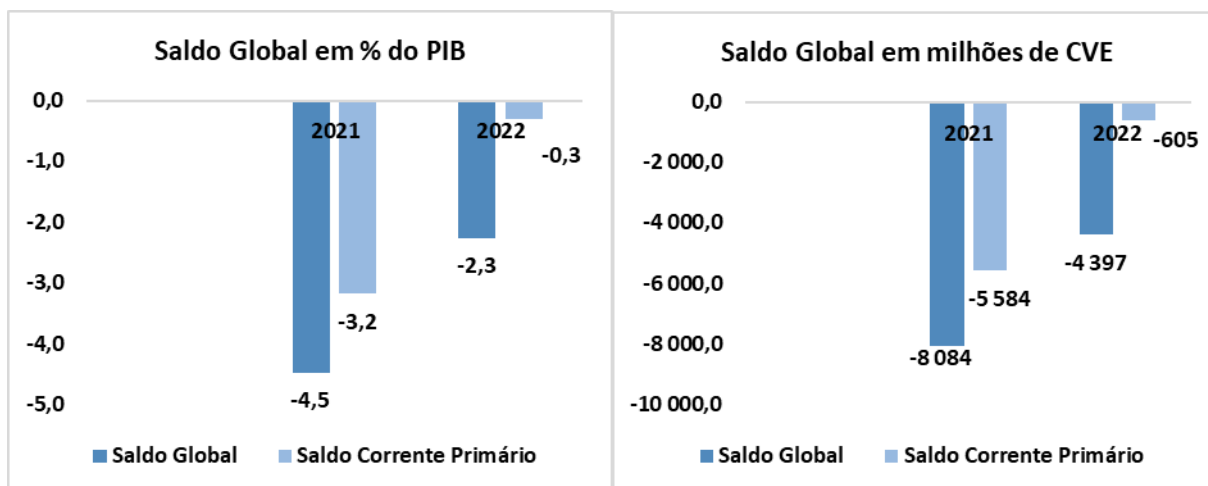
<b>1.</b>	<b>Síntese Geral de Execução Orçamental</b> .....	<b>2</b>
<b>2.</b>	<b>Análise das Receitas Totais</b> .....	<b>4</b>
<b>2.1.</b>	<b>Receitas (não inclui venda de ativos)</b> .....	<b>5</b>
<b>2.2.</b>	<b>Venda de Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>9</b>
<b>3.</b>	<b>Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>9</b>
<b>3.1.</b>	<b>Por Classificação Económica</b> .....	<b>9</b>
<b>3.2.</b>	<b>Despesas</b> .....	<b>10</b>
<b>3.2.1.</b>	<b>Ativos Não Financeiros</b> .....	<b>13</b>
<b>3.3.</b>	<b>Por Tipo de Financiamento</b> .....	<b>13</b>
<b>4.</b>	<b>Projetos em Resposta à Covid-19</b> .....	<b>14</b>
<b>5.</b>	<b>Dívida Pública</b> .....	<b>16</b>

### 1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global acumulado de janeiro a junho de 2022 foi de 4.397,0 milhões de CVE negativos, ou seja, um défice de 2,3% do PIB reprogramado para o ano. Esse resultado se traduz numa diminuição de 2,2 p.p. face ao mesmo período de 2021.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 2,9 p.p., comparativamente ao período homólogo, fixando-se em -0,3%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da reprogramação do lado da despesa em resposta ao impacto da crise provocada pela guerra da Ucrânia e algum efeito do risco cambial. Isto, para além da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em junho de 2022, comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrem:

- do acréscimo das receitas totais em 34,0% (+6.082,4 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados, com exceção das transferências (com destaque aos donativos);
- do acréscimo das despesas totais em 7,4% (+1.879,8 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque as despesas com

- o pessoal, Juros correntes, outras despesas, subsídios, aquisições de bens e serviços, em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização; e
- o do acréscimo dos ativos não financeiros líquidos em 102,7% (+515,6 milhões de CVE), justificado em grande parte pelo aumento de compras de ativos financeiros nesse período e da diminuição das vendas em relação ao período homólogo.

**Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado**

(em milhões de CVE)

	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret	Conta II Trim	Orç. Inicial	Conta II Trim		
<b>1. Total Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>17 885</b>	<b>58 196</b>	<b>23 967</b>	<b>41,2</b>	<b>34,0</b>
<b>1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)</b>	<b>47 269</b>	<b>17 195</b>	<b>54 215</b>	<b>23 438</b>	<b>43,2</b>	<b>36,3</b>
Impostos	35 303	15 173	41 184	20 478	49,7	35,0
Segurança Social	71	29	71	33	46,5	13,5
Transferências (donativos)	5 250	690	3 982	529	13,3	-23,3
Corrente	3 877	631	2 820	473	16,8	-25,0
Capital	1 373	59	1 162	56	4,8	-4,9
Outras Receitas	11 896	1 993	12 960	2 928	22,6	46,9
<b>2. Total Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>25 467</b>	<b>62 112</b>	<b>27 346</b>	<b>44,0</b>	<b>7,4</b>
Despesas com Pessoal	24 480	10 673	24 326	11 060	45,5	3,6
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	3 602	12 390	4 159	33,6	15,5
Juros Correntes	4 485	2 057	5 541	2 725	49,2	32,5
Subsídios	1 116	600	1 008	712	70,6	18,6
Transferências	7 847	2 644	6 663	2 455	36,8	-7,1
Corrente	7 277	2 606	6 097	2 350	38,5	-9,8
Capital	570	38	566	105	18,5	176,0
Benefícios Sociais	9 179	4 687	8 316	4 179	50,3	-10,8
Outras despesas correntes	4 075	772	3 868	1 341	34,7	73,7
Valor a regularizar		433	0	716	-	65,4
<b>3. Resultado Operacional Bruto</b>	<b>-10 953</b>	<b>-7 582</b>	<b>-3 916</b>	<b>-3 379</b>	<b>86,3</b>	<b>-55,4</b>
<b>4. Ativos não Financeiros</b>	<b>9 863</b>	<b>502</b>	<b>10 217</b>	<b>1 018</b>	<b>10,0</b>	<b>102,7</b>
Compra ativos não financeiros	11 353	1 030	10 625	1 387	13,0	34,6
Venda ativos não financeiros	1 490	528	408	369	90,4	-30,1
<b>5. Global Global (1-2-4)</b>	<b>-20 816</b>	<b>-8 084</b>	<b>-14 134</b>	<b>-4 397,0</b>	<b>31,1</b>	<b>-45,6</b>
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,9	-4,5	-7,5	-2,3	-	-
Saldo Corrente Primário	-7 271	-5 584	1 029	-605	-	-
Saldo Corrente Primário (em percentagem do PIB)	-4,1	-3,2	0,5	-0,3	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-16 331	-6 027	-8 592	-1 672	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-9,3	-3,3	-4,5	-0,9	-	-
<b>6. Financiamento</b>	<b>20 816</b>	<b>7 617</b>	<b>14 134</b>	<b>3 992</b>	-	-
<b>6.1 Ativos Financeiros</b>	<b>934</b>	<b>-858</b>	<b>-4 363</b>	<b>1 525</b>	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 303	15	120	23	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 278	-583	-2 513	-203	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 049	-289	-2 651	-951	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 958		681	2 656	-	-
<b>6.2 Passivos Financeiros</b>	<b>19 882</b>	<b>8 474</b>	<b>18 497</b>	<b>2 467</b>	-	-
<b>Interno líquido</b>	<b>5 402</b>	<b>7 001</b>	<b>11 412</b>	<b>3 576</b>	-	-
Sistema bancário		5 383		3 229	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-74	-185	-57	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCP		185		71	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 184		-763	-	-
Outras operações de tesouraria		-187		-2 227	-	-
Sistema não bancário		3 878		3 323	-	-
<b>Externo líquido</b>	<b>14 481</b>	<b>1 473</b>	<b>7 085</b>	<b>-1 109</b>	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	17 392	3 443	16 089	2 986	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 911	-1 970	-9 005	-4 095	-	-
<b>7.GAP Financiamento (5 - 6)</b>	<b>0</b>	<b>-467</b>	<b>0</b>	<b>-405</b>	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

## 2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até junho de 2022 cifraram-se em 24.336,0 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 32,2%, comparativamente ao período homólogo.

**Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais**

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Conta II Trim	Orç. Inicial	Conta II Trim		
<b>Impostos</b>	<b>35 303</b>	<b>15 173</b>	<b>41 184</b>	<b>20 478</b>	<b>49,7</b>	<b>35,0</b>
<b>Imposto único sobre rendimentos</b>	<b>9 271</b>	<b>4 223</b>	<b>11 230</b>	<b>4 591</b>	<b>40,9</b>	<b>8,7</b>
IR-PS	6 026	2 696	6 799	3 048	44,8	13,1
IR-PC	3 244	1 527	4 431	1 544	34,8	1,1
<b>Outros impostos directos</b>	<b>595</b>	<b>181</b>	<b>649</b>	<b>246</b>	<b>38,0</b>	<b>36,2</b>
Tributo Especial Unificado - TEU	570	181	617	246	39,8	35,9
Taxa de Incêndio	25	0,3	31	1	1,7	99,5
<b>Imposto sobre bens e serviços</b>	<b>17 269</b>	<b>7 083</b>	<b>20 129</b>	<b>10 561</b>	<b>52,5</b>	<b>49,1</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	14 010	5 779	15 826	8 157	51,5	41,1
IVA DGA	7 425	3 593	8 934	4 934	55,2	37,3
IVA DGCI	6 585	2 186	6 892	3 223	46,8	47,4
Imposto consumo especial	1 955	776	2 477	1 442	58,2	85,8
Taxa de Tabaco	133	83	323	145	44,9	74,4
Contribuição turística	248	23	475	349	73,6	1 413
Taxa ecológica	674	288	728	329	45,2	14,2
Taxa estatística aduaneira	250	133	300	138	46,0	3,5
<b>Impostos sobre transações internacionais</b>	<b>7 471</b>	<b>3 374</b>	<b>8 407</b>	<b>4 700</b>	<b>55,9</b>	<b>39,3</b>
Direitos de importação	7 154	3 226	8 067	4 503	55,8	39,6
Taxa comunitaria CEDEAO	317	148	340	197	58,0	32,9
<b>Outros impostos</b>	<b>697</b>	<b>312</b>	<b>769</b>	<b>379</b>	<b>49,3</b>	<b>21,3</b>
Imposto de selo	664	303	719	357	49,6	17,7
Imposto especial sobre jogos	33	9	50	23	45,5	162,3
<b>Segurança Social</b>	<b>71</b>	<b>29</b>	<b>71</b>	<b>33</b>	<b>46,5</b>	<b>13,5</b>
Taxa social única	0	0	71	0	0,0	307
Contribuições para a segurança social	71	29	0	33	-	13,5
Outras Contribuições	0	0	0	0	-	-2,8
<b>Transferências</b>	<b>5 250</b>	<b>690</b>	<b>3 982</b>	<b>529</b>	<b>13,3</b>	<b>-23,3</b>
De Governos Estrangeiros	4 525	229	3 378	279	8,3	22,0
Ajuda Orçamental	1 029	0	825	0	0,0	-
Ajuda Alimentar	321	58	300	48	16,0	-17,0
Donativos directos	3 175	171	2 253	223	9,9	30,3
De Organizações Internacionais	218	248	80	79	98,8	-68,2
Das Administrações Públicas	508	212	523	171	32,7	-19,5
<b>Outras Receitas</b>	<b>11 896</b>	<b>1 993</b>	<b>12 960</b>	<b>2 928</b>	<b>22,6</b>	<b>46,9</b>
Rendimentos de propriedade	4 922	175	5 444	162	3,0	-7,2
Venda de bens e serviços	5 663	1 865	5 957	2 514	42,2	34,8
Multas e outras penalidades	212	76	342	112	32,7	47,1
Outras transferências	314	22	337	60	17,8	176,6
Outras receitas diversas e não especificadas	785	72	880	79	9,0	9,9
<b>Receitas</b>	<b>52 520</b>	<b>17 885</b>	<b>58 196</b>	<b>23 967</b>	<b>41,2</b>	<b>34,0</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>1 490</b>	<b>528</b>	<b>408</b>	<b>369</b>	<b>90,4</b>	<b>-30,1</b>
Ativos não Financeiros	1 490	528	408	369	90,4	-30,1
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>54 010</b>	<b>18 412</b>	<b>58 604</b>	<b>24 336</b>	<b>41,5</b>	<b>32,2</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

### 2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até junho de 2022, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 23.967,3 milhões de CVE, registando um acréscimo de 34,0%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+9,8%), dos impostos indiretos (+45,2%), segurança social (+13,5%) e outras receitas (+46,9%) e, por outro lado, da diminuição dos donativos recebidos (-23,3%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 9,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 3.047,8 milhões de CVE, registando uma evolução positiva, em termos homólogos, de 352,0 milhões de CVE (+13,1%). A variação da arrecadação deste imposto, em face ao período homólogo, resulta da evolução positiva de todas as categorias que compõem esta rubrica, assim distribuídos: Categoria A – Rendimentos do trabalho dependente e pensões (+60 milhões de CVE); Categoria B – Rendimentos empresariais e profissionais (+212 milhões de CVE); Categoria C – Rendimentos prediais (+15 milhões de CVE); Categoria D – Rendimentos de capitais (+36 milhões de CVE) e Categoria E – Ganhos patrimoniais (+35 milhões de CVE). Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção da Categoria A que ficou abaixo do montante previsto em 7,1%, as restantes categorias superaram os montantes previstos para o período.

Em suma é de ressaltar que este acréscimo reflete o aumento das receitas em todas as atividades económicas, excetuando as de construção civil, e da cobrança de valores de anos anteriores negociados em prestações, cujo montante ascendeu, no período, cerca de 25 milhões de CVE.

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.543,6 milhões de CVE, registando uma evolução positiva em termos homólogos de 16,1 milhões de CVE (+1,1%), dos quais, 1.008,7 milhões de CVE são provenientes do imposto sobre lucro e 535,0 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 16 milhões de CVE (+1,1%) e abaixo da previsão orçamentada, em -672 milhões de CVE. O desvio negativo em termos previsionais

reflete, por um lado, a não cobrança do montante previsto para o mês de maio com a entrega das contas, cujo remanescente ainda por cobrar ascende os 434 milhões de CVE, dos quais 366 foram negociados em prestações, e por outro, a expectativa de cobrança projetada para o ano.

Importa salientar ainda, que o montante cobrado, no período, correspondeu ao pagamento de 1.333 contribuintes, dos quais, 911 com variações positivas, 407 com variações negativas e 15 com variações nulas, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e que mais de 50,0% do montante cobrado concentraram em 30 contribuintes.

- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 245,8 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 64,9 milhões de CVE (+35,9%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo crescimento das atividades económicas e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 17 milhões de CVE.
- A Taxa de incêndio registou uma arrecadação 0,5 milhões de CVE um acréscimo de 99,5% (+0,3 milhões de CVE) quando comparado ao mesmo período de 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 45,2% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 8.157,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 2.378,0 milhões de CVE (+41,2%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 37,3% (+1.341,3 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 47,4% (+1.037,0 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor de construção civil e do comércio geral, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de alojamento e restauração (+600 milhões de CVE), de transporte e armazenagem (+108 milhões de CVE), de informação e comunicação (+87 milhões de CVE), da indústria transformadora (+81 milhões de CVE) e das atividades administrativas e dos serviços de apoio (+77 milhões de CVE).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 36 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.460 em 2021 para 1.672 em 2022. Dos contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto no período (1.672), 1.205 apresentaram variações positivas, cujo montante ascendeu 1.533 milhões de CVE, 462 com variações negativas no montante de 517 milhões de CVE e 5 com variações nulas, em face ao mesmo período do ano transato, sendo 30 responsáveis por mais de 50,0% do total da receita cobrada em sede deste imposto.

No período, o IVA registou uma média mensal de cobrança de 537 milhões de CVE, pelo que não obstante o crescimento considerável verificado, ainda não atingiu a média de cobrança dos dois anos anteriores à pandemia, cuja média mensal ficou em cerca de 700 milhões de CVE.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 349,4 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 326,3 milhões de CVE, representando um aumento exponencial face ao montante cobrado no mesmo período de 2021 (+23,1 milhões de CVE), refletindo a retoma da atividade turística.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 144,7 milhões de CVE correspondentes a um aumento de 74,4% (+61 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 138,1 milhões de CVE um acréscimo de 3,5% (+4,7 milhões de CVE) em relação ao mesmo período de 2021.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 39,3% (+1.326,2 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2021, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 39,6% (+1.277,3 milhões de CVE, justificado pelo aumento da importação, mas também pelo agravamento de taxas), e na Taxa Comunitária CEDEAO de 32,9% (+48,8 milhões de CVE).



- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 17,7% (+53,5 milhões de CVE), em face ao período homólogo. É de salientar que, este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia, com destaque a linha de crédito covid-19;
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 22,5 milhões de CVE, registando um aumento de 13,9 milhões de CVE, refletindo o sinal de retoma da atividade turística, por ser um imposto fortemente condicionado pela dinâmica dessa atividade.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 529,0 milhões de CVE, traduzindo-se num decréscimo de 23,3% (-160,6 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2021. Esta performance decorre do decréscimo de transferências provenientes (i) transferências das organizações internacionais em 68,2% (-169,3 milhões de CVE), (ii) das administrações públicas em 19,5% (-41,5 milhões de CVE) conjugado com o aumento das transferências de governos estrangeiros no tocante aos donativos cuja execução no período atingiu os 222,8 milhões de CVE, um aumento de 30,3% (+51,8 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 46,9% (+934,8 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (-7,2%; -12,7 milhões de CVE), decorrente da redução de arrecadação das receitas de rendas de outras concessões no setor das pescas;
- Venda de bens e serviços (+34,8%; 649,5 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos dos registos e notariado, das custas dos registos notariados, dos portos e capitánias bem como serviços de polícia e fronteira; e

- Outras transferências (+176,6%; +38,3 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

## 2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em junho de 2022, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo 30,1% (-158,9 milhões de CVE) comparativamente a junho de 2021, em face as vendas pontuais registadas no ano passado, nomeadamente venda imóveis e edifícios.

## 3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

### 3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em junho de 2022, atingiram 28.733,0 milhões de CVE, registando um acréscimo de 8,4% em relação ao período homólogo de 2021.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2021		2022		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Ret.	Conta II Trim	Orç. Inicial	Conta II Trim		
Despesas com Pessoal	24 480	10 673	24 326	11 060	45,5	3,6
Remuneração Certas e Permanentes	22 381	10 029	22 206	9 986	45,0	-0,4
Segurança Social	2 098	644	2 120	1 074	50,7	66,7
Aquisição de Bens e Serviços	12 292	3 602	12 390	4 159	33,6	15,5
Juros Correntes	4 485	2 057	5 541	2 725	49,2	32,5
Dívida interna	3 343	1 567	3 413	1 634	47,9	4,2
Dívida externa	1 044	478	2 052	1 079	52,6	125,5
Outros encargos	98	11	76	12	16,3	14,7
Subsídios	1 116	600	1 008	712	70,6	18,6
Transferências Correntes	7 847	2 644	6 663	2 455	36,8	-7,1
Governos Estrangeiros	1 188	29	504	66	13,1	129,8
Organismos Internacionais	465	63	472	12	2,5	-81,5
Administração Pública	6 194	2 552	5 687	2 377	41,8	-6,8
Benefícios Sociais	9 179	4 687	8 316	4 179	50,3	-10,8
Outras Despesas Correntes	4 075	772	3 868	1 341	34,7	73,7
Valor a regularizar	0	433	0	716	-	65,4
<b>Despesas</b>	<b>63 473</b>	<b>25 467</b>	<b>62 112</b>	<b>27 346</b>	<b>44,0</b>	<b>7,4</b>
<b>Ativos e Passivos</b>	<b>11 353</b>	<b>1 030</b>	<b>10 625</b>	<b>1 387</b>	<b>13,0</b>	<b>34,6</b>
Ativos não Financeiros	11 353	1 030	10 625	1 387	13,0	34,6
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>74 826</b>	<b>26 496</b>	<b>72 737</b>	<b>28 733</b>	<b>39,5</b>	<b>8,4</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

### 3.2. Despesas

A 30 de junho de 2022, as despesas executadas totalizaram o montante de 27.346,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 7,4% em relação ao executado em junho de 2021. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, outras despesas (+73,7%), Juros correntes (+32,5%), aquisição de bens e serviços (+15,5%), despesas com subsídios (+18,6%), despesa com o pessoal (+3,6%), conjugado com a diminuição de transferências (-7,1%) e Benefícios Sociais (-10,8%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento na ordem dos 3,6% (+386,5 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
  - i. com o registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização;
  - ii. com as contribuições à segurança social, na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, comparativamente ao ano de 2021; e
  - iii. com a implementação do estatuto da Direção Nacional de Receitas do Estado, que teve início em dezembro de 2021.
  
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 15,5% (+557,1 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas: (i) “Outros Serviços” (+218,9 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “*Ocean Race*”, do projeto “*Becoming a Future Island Nation*” este último no âmbito do acordo assinado entre o Ministério da Agricultura e Ambiente e a *Globalmoza partnerships for Humanity* Lda; (ii) “Assistência Técnica – Residentes” (+275,7 milhões de CVE) com realce ao contrato para fornecimento de bens e serviços no âmbito da implementação do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras; (iii) Prestação de serviços no âmbito do contrato assinado entre Ministério das Finanças e NOSI que visa estabelecer um novo regime de prestação de serviços e pagamento à Escola Hotelaria e Turismo de Cabo Verde no âmbito do projeto reforço da Educação e desenvolvimento das competências; (iv) “Deslocação e estadias” (+121,6 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Ministério da saúde, Ministério das Finanças

e do Fomento Empresarial, Gabinete do Primeiro Ministro, Ministério da Educação e da Família Desenvolvimento e Inclusão Social; (v) “Assistência Técnica – Não Residentes” (+67,4 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços pela equipa cubana no sector de Saúde e serviço prestado ao sector da Justiça (SNIAC) referente a dívida acumulada na produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro); (vi) “formação” (+61,2 milhões de CVE) com maior execução no sector da Educação no âmbito do programa Bolsa de Estudo; (vii) “Produtos Alimentares” (+51,6 milhões de CVE), consumido no âmbito das atividades das Forças Armadas, da FICASE, dos hospitais e dos serviços prisionais; (viii) “Energia Elétrica” (+30,8 milhões de CVE) como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e aumento de preços, sendo essa execução com maior ênfase aos ministérios de Saúde, Educação Administração Interna e Finanças Fomento Empresarial; e (ix) “combustível e lubrificantes” (+21,9 milhões de CVE) com realce aos sectores de Saúde, Defesa Nacional, Agricultura e Ambiente, Educação e Administração interna, em face ao aumento de preços.

- A despesa com os juros registou um acréscimo de 32,5% (+668,5 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2021, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 125,5% (+600,3 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2021. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 18,6% (+111,7 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2021. Pese embora a diminuição dos subsídios transferidos no âmbito da Resolução n.º 54/2021 de 16 de abril (resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas), regista um aumento dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país,

face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções nº 28/2022 de 25 de março e nº 64/2022, de 10 de junho.

- Os “Benefícios Sociais” diminuíram 10,8% (-507,5 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica outros benefícios sociais em numerário em 79,6% (-685,0 milhões de CVE), no âmbito do apoio social emergência às famílias afetadas pela pandemia da covid-19 (RSI), comparativamente a 2021. Diminuição essa que foi contrabalançada pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas do regime contributivo, impactando as rubricas de pensões de aposentação em 6,9% (+171,8 milhões de CVE) e de pensões de sobrevivência em 8,2% (+12,8 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 7,1% (-188,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios realizados anteriormente no âmbito das medidas de mitigação do impacto negativo da covid-19 e à descontinuidade da medida das transferências no âmbito da “Discriminação Positiva” para os municípios com uma população inferior a 15.000 (quinze mil) habitantes.
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um aumento de 73,7% (+568,9 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2021, decorrente do pagamento às organizações não governamentais no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas e legislativas de outubro de 2020 e abril 2021 respetivamente; da participação da seleção nacional de futebol na CAN – Copa de África das Nações, pagamento de bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como o pagamento atempada das indemnizações.

O valor da despesa por regularizar, em junho, situou-se na ordem dos 716,4 milhões de CVE, referentes aos adiantamentos efetuados essencialmente às missões diplomáticas e postos consulares. A regularização decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação da conta de gerência.

### 3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.386,5 milhões de CVE, equivalente 5,1% do total do orçamento (17,2% relativamente ao orçamento reprogramado) um acréscimo de 356,7 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2021.

O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Programa de Reabilitação, Requalificação Urbana e Acessibilidades” (PRRA) com 448,8 milhões de CVE; “Reabilitação de Estradas” com uma execução de 221,9 milhões de CVE; “Construção da Nova Escola da Várzea” com uma execução de 136,5 milhões de CVE, “Reforço ao Sector da Educação” com uma execução de 51,6 milhões de CVE ; “Centro de Artesanato de S Vicente” com uma execução de 48,9 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 41,5 milhões de CVE; “Licença de aplicativos UTIC” com uma execução de 39,2 milhões de CVE; “Manutenção e aquisição de equipamentos no Hospital Central Agostinho Neto com uma execução de 36,6 milhões de CVE; e “Construção de um Centro Ambulatório Hospital B. Sousa” com uma execução de 26,0 milhões de CVE.

### 3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas, nota-se que 93,8% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,2% com recursos externos.

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

Financiamento	2022 Inicial	2022 Atual	junho	Grau Exec.%	Peso %
<b>Interno</b>	<b>61 480</b>	<b>62 320</b>	<b>26 955</b>	<b>43,3</b>	<b>93,8</b>
Tesouro (Rec. Int.)	60 616	61 456	26 773	43,6	99,3
OFN	864	864	182	21,1	0,7
<b>Externo</b>	<b>11 257</b>	<b>13 430</b>	<b>1 778</b>	<b>13,2</b>	<b>6,2</b>
Donativo	2 444	3 355	494	14,7	27,8
Empréstimo	8 523	9 707	1 266	13,0	71,2
Ajuda Alimentar	290	368	17	4,7	1,0
<b>Total Despesa</b>	<b>72 737</b>	<b>75 750</b>	<b>28 733</b>	<b>37,9</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 494,2 milhões de CVE, equivalente a 27,8% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções: o Luxemburgo com 109,6 milhões de CVE; as Nações Unidas com 51,9 milhões de CVE; o Portugal com 48,8 milhões de CVE o Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 46,7 milhões de CVE; a O.M.S com 38,0 milhões de CVE; a *Global Environment Fund* com 37,4 milhões de CVE e a União Europeia com 24,7 milhões de CVE .
- Os empréstimos externos ascenderam ao montante de 1.266,0 milhões de CVE, equivalente a 71,2% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para os programas “Reforma do Estado” (470,0 milhões de CVE), “Infraestruturas Modernas e Seguras” (293,2 milhões de CVE), “Educação de Excelência” (190,3 milhões de CVE), “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (97,2 milhões de CVE), “Transformação da agricultura (67,9 milhões de CVE)”, “Desenvolvimento Integrado da Saúde (40,7 milhões de CVE)” e “Cabo Verde Plataforma do turismo” (27,0 milhões de CVE).

#### **4. Projetos em Resposta à Covid-19**

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta direta e indireta à Covid-19, até junho de 2022, totalizaram 486,9 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 32,9%.

Por modalidade de financiamento, até o final do mês de junho, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 67,2%, por empréstimo em 28,3% e por donativos em 4,5%.

**Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ATUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	61,2	22,0	4,5%
Empréstimo	590,6	137,9	28,3%
Tesouro	829,3	327,0	67,2%
<b>Total Geral</b>	<b>1 481,1</b>	<b>486,9</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Prevenção e combate a Coronavírus” (273,5 milhões de CVE);
- “Implementação de rendimento social de inclusão” (114,8 milhões de CVE);
- “Preparação e resposta à Covid-19” (40,7 milhões de CVE);
- “Escola sem Covid” (18,9 milhões de CVE);
- “Reforço do Setor da Saúde no Combate ao Covid19” (16,6 milhões de CVE); e
- “Garantia de cuidados de dependentes” (7,6 milhões de CVE).

**Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19**

(em milhões de CVE)

FUNÇÕES DO ESTADO	FINANCIADOR	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.%
07.00.04 - Assuntos económicos	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	27	5	20,0
	Banco Mundial/Empréstimo Externo	Transição Da Economia Informal A Formal	20	0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total			<b>47</b>	<b>5</b>	<b>11,5</b>
07.00.07 - Saúde	Banco Mundial	Preparação E Resposta A Covid-19	188	41	21,6
	DONATIVOS INTERNOS/Empresas Públicas E Privadas	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	9	0	0,0
	O.M.S.	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	25	17	67,0
	Organização Oeste Africana da Saúde	Prevenção E Combate A Coronavírus	1	0	0,0
	Tesouro	Prevencao E Combate A Coronavírus	464	181	39,1
		Prevenção E Combate A Coronavírus	28	5	16,3
		Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30	2	6,9
07.00.07 - Saúde Total			<b>934</b>	<b>333</b>	<b>35,6</b>
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Tesouro	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	15	7	49,1
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total			<b>15</b>	<b>7</b>	<b>49,1</b>
07.00.09 - Educação	Tesouro	Escola Sem Covid	27	19	70,0
07.00.09 - Educação Total			<b>27</b>	<b>19</b>	<b>70,0</b>
07.00.10 - Protecção social	Banco Mundial	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	171	27	15,6
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	212	111	52,4
	TESOURO	Garantia De Cuidados De Dependentes	28	8	27,7
		Implementação De Rendimento Social De Inclusão	48	18	36,8
07.00.10 - Protecção social Total			<b>458</b>	<b>163</b>	<b>35,6</b>
<b>Total Geral</b>			<b>1 481,1</b>	<b>527,5</b>	<b>35,6</b>

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.



### 5. Dívida Pública

Em 30 de junho de 2022, o stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu o montante de 293.475,5 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 90.886,6 milhões de CVE (46,7% do PIB) e à dívida externa 202.608,9 milhões de CVE (104,2% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 150,9%, cerca de 2,2 p.p. acima do registado em junho de 2021.

**Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública**

(em milhões de CVE)

	junho 21	junho 22	Var. Hom	% PIB/21	% PIB/22
<b>Estoque Global</b>	<b>268 339,2</b>	<b>293 475,5</b>	<b>9,4</b>	<b>148,7</b>	<b>150,9</b>
Dívida Interna	82 018,7	90 866,6	10,8	45,4	46,7
Dívida Externa	186 320,5	202 608,9	8,7	103,2	104,2

Fonte: MFFE - DGT

